

Custo da dívida cairá R\$ 4 bilhões

Redução dos juros básicos ^{pública} diminui gastos

Chrystiane Silva
de São Paulo

A redução nos juros básicos da economia — de 19% para 18,75% ao ano — vai diminuir em cerca de R\$ 4 bilhões, até o final do ano, o custo da dívida pública, segundo cálculos do Citibank. A projeção é válida se não houver alterações nas taxas no período. O gasto do governo vai ser menor porque mais da metade dos títulos públicos que compõem a dívida estão indexados à variação dos juros básicos (52,61% do total, dados de janeiro). Com a queda dos juros, o Tesouro irá pagar menos para os detentores dos títulos com rentabilidade pós-fixada.

Além disso, a redução da taxa básica pode favorecer a colocação de títulos prefixados (com rentabilidade definida na venda, as Letras do Tesouro Nacional) em mercado. Esses títulos ficam mais atraentes aos investidores porque têm taxas de remuneração mais altas do que os pós-fixados. Para o Tesouro, é melhor colocar papéis prefixados em mercado porque forma uma dívida pública com rentabilidade previsível. Hoje, os prefixados somam apenas 7,57% da dívida pública.

Os prefixados têm mais um fator a seu favor. O mercado financeiro aposta que juros básicos da economia continuarão caindo nos próximos meses. De acordo com um relatório do JP Morgan, os juros podem ser reduzidos em 0,25 ponto percentual, mensalmente, até maio. "É uma boa oportunidade para a colocação de prefixados e alongamento dos prazos", disse o economista do WestLB Banco Europeu, Aduino Lima. Quanto mais investidores estiverem interessados em comprar os papéis prefixados, os juros de remuneração dos títulos podem ficar menores, o que também favorece a redução de custos para o Tesouro, que pagará menos ao investidor.

O alongamento dos prazos dos títulos públicos viria na sequência. Com juros mais baixos pago pelos títulos prefixados, a opção para o in-

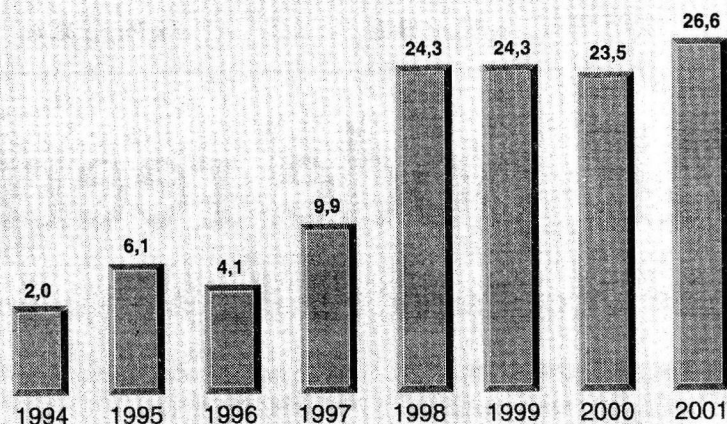
vestidor que quer ganhar mais seria fazer apostas em papéis com prazo de vencimento mais longo. Tanto a ampliação da participação de prefixados na dívida pública quanto o alongamento dos prazos dos títulos são premissas do Tesouro Nacional, divulgadas no Plano de Financiamento para 2002.

De acordo com cálculos do Citibank, a queda dos juros básicos diminui em 0,075% a relação dívida pública/PIB. A redução é mínima, já que a dívida/PIB está em cerca de 50%. Quanto menor é esta relação, melhor é a classificação de um país pelas agências de risco. O rating de um país facilita a obtenção de empréstimos no exterior a custos mais baixos e aumenta a credibilidade do investidor estrangeiro no país.

A relação dívida/PIB mais baixa não é tudo. A classificação de um país também pode melhorar se o perfil da dívida é equilibrado, com poucos títulos indexados e com prazos de vencimento mais longo. No

Dívida pública

Estoque a títulos pós-fixados
(em % do PIB)



Fonte: Bacen Elaboração: BBV Banco

Japão, por exemplo, a relação dívida/PIB ultrapassa 100% e o país é considerado muito bom para investimentos pelas principais agências de classificação de risco.

O Brasil continua sendo um país com restrições. As principais agên-

cias de classificação de risco de crédito colocam o Brasil acima apenas da Venezuela e da Argentina, entre os países latino-americanos. Na Moody's, por exemplo, o Brasil tem rating B1 ao lado da Bolívia, Líbano, Turquia e Vietnã.